

CHINESES NO RIO DE JANEIRO: O século XX e a migração em massa

Marcelo Araujo¹

Resumo: A partir de 1850 a imigração passa a desempenhar um papel central em nossa história e o ano de 1812, fato grandemente desconhecido, registra a primeira experiência de trabalho livre: a importação de chineses para atuarem nas plantações de chá. Desde então a imigração destas populações vem crescendo, chegando, nos séculos XX e XXI, a se tornarem os principais contingentes de estrangeiros no território brasileiro. Complementando um artigo anterior, publicado em 2011 e que versou sobre a trajetória da imigração chinesa até o século XIX, este texto visa debater as imagens socialmente criadas e os preconceitos étnicos que recaíram (e recaem) sobre estes “novos brasileiros”.

Palavras-chave: Imigração Chinesa – História – Etnicidades – Cultura.

¹ Professor de Sociologia do Colégio Pedro II. Professor-tutor e conteudista dos cursos de Extensão de Sociologia e Antropologia da Fundação CECIERJ. Doutor em Antropologia pelo PPGA da UFF.

I. Introdução

Em caráter mundial, a imigração é um dos temas mais discutidos pelas nações do globo. Por isso, os contingentes de chineses imigrantes que vêm se instalando nas últimas 3 décadas no Brasil, em especial no Rio de Janeiro, merecem atenção em função de suas particularidades. Entretanto, vale lembrar da antiguidade da relação entre chineses e brasileiros, através das levas imigratórias para o nosso território.

Este trabalho é o desdobramento final do antecessor “Chineses no Rio de Janeiro: imigração, história e representações”, publicado, neste mesmo periódico (edição nº 16, de 2011). Para tanto, intento apresentar algumas particularidades desta imigração em seu período áureo, ou seja, a partir do último quartel do século XIX.

No texto, busco apresentar algumas particularidades desta imigração em diversos níveis, bem como as imagens socialmente criadas e os preconceitos étnicos, nelas embutidos, que incidiram sobre estes “novos brasileiros”. O resultado é o delineamento de um ambiente que se fixa, apesar de notoriamente promissor para a atuação de indivíduos que se mostraram diligentes e aguerridos trabalhadores, como um contraditório território de atração e de repelência da diferença e da alteridade.

II. Circunstâncias migratórias e imagens sociais: os chineses e a imigração assistida

O século XVIII parece ter sido o marco temporal do contato entre o Brasil e os chineses. Foram escravos, segundo alguns autores (CARVALHO, 2010; ELIAS, 1970; LEITE, 1999, entre outros), os que aqui primeiro desembarcaram. Contudo, o projeto

do cultivo do chá verde do início do século XIX na Fazenda Imperial de Santa Cruz e naquela que mais tarde seria batizada como Jardim Botânico Real foi, de fato, o primeiro esforço sistemático e alicerçado pelo Estado no sentido de se importar asiáticos. Neste esforço, D. João VI autorizou a vinda de 2.000 chineses. Vieram, entretanto, cerca de 300. Seria a primeira imigração livre para nosso país.

Contudo, estes trabalhadores não se adaptaram à mudança de clima e às condições de vida e trabalho (maus tratos, privações etc.) e vários conseguiram retornar à terra natal. É digno de nota, para compreender o cenário dramático destes imigrantes, a denúncia de um deputado inglês, em 1834 (portanto, mais de vinte anos desde o episódio da importação de trabalhadores), de que após o fracasso das plantações de chá “alguns desses chineses teriam sido abandonados nas florestas do Rio de Janeiro para serem perseguidos por esporte por caçadores” (Cf. CHANG-SHENG, 2011). Embora não conste registro probatório desta denúncia, sabe-se, todavia, que, em razão da fuga da fazenda imperial, dois chineses do Jardim Botânico foram caçados, com o auxílio de cavalos e cães, pelo filho de D. João VI.

A despeito destas ocorrências mais pontuais, os historiadores calculam que mais de dois milhões de “trabalhadores contratados” foram embarcados para fora da China, entre 1851 e 1900. Cerca de 700 mil deles estacionaram nas Américas.

Nessa movimentação, o ano de 1850 pode ser demarcado como aquele em que a imigração passa a desempenhar um papel central. As elites políticas e econômicas de então adotaram o pressuposto de que havia uma forte correlação entre o ingresso de imigrantes e a transformação social, fosse para “civilizar” a nação, através dos imigrantes europeus, fosse para desfrancizá-la com imigrantes asiáticos (LESSER, 2001, p. 43).

Os 400 mil asiáticos aqui entrados (entre eles os árabes e os judeus, considerados não-brancos e não-pretos) puseram profundamente em xeque as ideias da elite sobre a identidade nacional. No que tange à participação de chineses neste processo, os formuladores das políticas no século XIX passaram décadas discutindo sobre a possibilidade de os trabalhadores dessa procedência virem a fazer parte da sociedade brasileira e de que modo isso ocorreria. Mas, complementarmente, a imprensa teve considerável força nos contornos deste cenário.

Ao veicular impressões negativas sobre essa imigração, ela contribuía para a formação de um estereótipo do oriental em geral. Mesmo os que defendiam a imigração chinesa (e japonesa) como solução para a mão-de-obra na cafeicultura, viam-na como provisória.

Num certo prisma, a mão-de-obra chinesa forneceu a solução perfeita para um duplo problema: uma classe servil, embora não escrava, poderia ser criada, para ajudar na desfrancização do Brasil. Outra vantagem foi representada por intelectuais chineses e brasileiros, pois julgavam que os asiáticos eram do mesmo “grupo racial” que as populações nativas das Américas.

III. A primeira metade do século XX e as mudanças bruscas: o cenário internacional como motivador do protagonismo comercial e das trajetórias individuais

Como afirmei, a situação dos chineses em terras estrangeiras era adversa e expressava um sub-reconhecimento de sua importância cultural e econômica para a realidade brasileira. A isso se adiciona o momento de reorganização interna na China, em razão da decadência do império Qing, em 1911, reduzindo drasticamente as emissões de chineses para terras brasileiras.

Soma-se a este contexto, também, a preferência pela força de trabalho japonesa a partir de 1908. Esta preferência formatou radicalmente a entrada de asiáticos no Brasil, não cessando, apesar disso, a entrada dos chineses.

Novos chineses gradativamente se transformavam em “novos brasileiros”. Assim, diferentemente dos cantoneses que aqui chegavam desde o século XIX, os qingtianeses começaram a emigrar para o Brasil somente depois de 1911, quando eclodiu a Revolução Republicana na China. Isso porque o Brasil foi o primeiro país que formalmente reconheceu, em 1913, a República da China, exemplo logo seguido pelos Estados Unidos e pela Bélgica.

Eles, os qingtianeses, voltaram-se basicamente para o comércio e iniciaram sua trajetória mascateando pelas ruas do Rio de Janeiro. Esse protagonismo fez surgir, então, um tipo de pequeno comércio, o *tibao*, sinônimo de sacoleiro ambulante: o vendedor carregava uma mochila ou bolsão cheio de mercadorias e transitava entre as ruas e bairros residenciais (CHANG-SHENG, 2011).

Posteriormente, os chineses de Qingtian assentaram negócios e estabeleceram pontos de vendas localizados geralmente perto do centro comercial ou de núcleos de imigrantes. Esse comércio se caracterizava pelos produtos típicos da China, trazidos pelos fornecedores de lá. Com o passar do tempo, os sacoleiros ambulantes transformaram-se em donos de bazares, após uma trajetória de privações e trabalho árduo.

Foi assim, de acordo com CHANG-SHENG (2011), que o imigrante Chou Chi-Wen chegou ao Rio de Janeiro junto com o seu amigo Wang Yi-Tsong, em 1926. Os dois abriram uma loja na Rua do Ouvidor, no centro da cidade do Rio, vendendo toalhas de mesa bordadas trazidas da China. Tornaram-se os primeiros lojistas chineses a trabalhar com produtos importados da China, obtendo grande sucesso e

expandindo seus negócios de varejo para atacado, ao diversificar suas vendas, agregando outros tipos de mercadorias chinesas, como porcelanas, artesanatos e lenços de seda.

Outra passagem que vale a pena ser mencionada é a história do senhor Wang. Ele era patriota e durante a guerra sino-japonesa (1931-1945), reuniu os imigrantes chineses para fazer guioza². O dinheiro da venda foi enviado para China, para ajudar na guerra de resistência contra os japoneses. Além disso, Wang também incentivava os compatriotas a comprarem os “títulos de salvação nacional” e “títulos de reconstrução nacional” para ajudar a pátria e por isso foi sempre lembrado por patrícios das gerações passadas como um dos imigrados que mais ajudaram a comunidade chinesa e a pátria.

Ainda assim, em termos globais, mais de oito milhões de chineses haviam deixado a China para se estabelecerem em todo o mundo por volta de 1930. Estes indivíduos com frequência se tornaram comerciantes, negociantes e banqueiros bem-sucedidos em sociedades nas quais as populações nativas eram muito pobres. Tal fato despertou o mesmo tipo de ressentimento, perseguição política e violência esporádica, desde há muito experimentados pelos judeus na Europa. Assim, vez por outra os chineses têm sido chamados de “judeus asiáticos”. (SOWELL, 1988, p. 157).

Há, para o Brasil, um hiato não somente na literatura especializada, mas também na realidade concreta da cobertura dos entrados até a década de 1950. Problema, no entanto, que não impede a persistência de ideias que, neste tempo, quase se corporificaram em leis, como a proposta do médico Antônio Xavier de Oliveira, na obra “O problema imigratório na Constituição Brasileira: razões

² Prato da culinária chinesa que consiste de um recheio de carne moída e/ou de legumes dentro de um canudo de massa selado nas extremidades e cozido ou frito.

americanas de uma campanha parlamentar de brasilidade” (1937). O autor liderou a bancada contrária à imigração asiática com discursos como:

O amarelo é indesejável porque é inassimilável. Se ele é inassimilável, sob o ponto de vista da antropologia propriamente, mais ainda de maneira integral, do ponto de vista do seu psiquismo. Isso como uma característica do seu normotipo racial e, mais até, por sua própria constituição intrapsíquica, sem esquecer nem pôr de lado, as razões mais profundas, diria, de seu misticismo religioso, mesclado com o fanatismo patriótico. (OLIVEIRA, 1937, p. 59)

Mas o hiato e a cobertura a que me referi devem-se ao fato de que os fluxos migratórios só seriam reaquecidos após 1949 – inclusive para os naturais de Taiwan – em razão da Revolução Comunista.

Com as profundas mudanças políticas e econômicas que atingiram tanto a China continental quanto Taiwan (até hoje considerada “província rebelde”) este movimento foi levado a se multiplicar e tornar-se aquilo que se caracteriza, como vimos, como a diáspora mais completa dos tempos modernos.

Porém, a partir da guerra sino-japonesa (1931-1945), de acordo com os professores taiwaneses David Shyu e Chen Jye (2008), chineses de várias províncias costeiras, como Xangai, Shandong, Zhejiang, Fujian e Guangdong, dentre eles muitos técnicos e industriais, transferiram as suas fábricas têxteis, plantações de soja e produção de seu óleo e até moinhos para o Brasil.

Este movimento se intensificou logo em seguida à guerra civil que se instalou entre 1945 a 1949. Nela, nacionalistas e comunistas se bateram pelo controle do território chinês. Perdendo os nacionalistas (liderados por Chiang Kai-shek e o Guomintang, que eram, à época, cerca de dois milhões de membros e partidários do Exército nacionalista), refugiam-se na Ilha de Formosa (Taiwan), estabelecendo a sede administrativa do seu regime.

Esse fato obviamente distancia Taiwan da República Popular da China³, mas as causas do movimento separatista de Taiwan, que se declara um país independente, se remontam à longa data, na medida em que o seu território tem sido ocupado por diversos países ocidentais e orientais há dois mil anos.

Além da referida guerra civil, também a Segunda Guerra Mundial contribui para a emigração massiva dos chineses. Até a década de 1950, os imigrantes chineses eram em sua maioria originários de Guangdong (Cantão), vindo em seguida os de Xangai e Shandong. Com a implantação do socialismo na China e da consequente fundação da China Nacionalista em Taiwan, entre dois e três milhões de pessoas oriundas de famílias remediadas fugiram para este último e para Hong Kong a fim de salvar seu patrimônio e escapar à perseguição política (SHYU e JYE, 2008, p. 89).

Como a guerra civil na China ainda não tinha terminado completamente entre 1949 e 1950, não era necessário ter passaporte para sair do país e os chineses podiam chegar a Hong Kong livremente e, de lá, solicitar o visto brasileiro.

Entrada a década de 1950 o cenário muda. Em 1952, o Brasil passou sua embaixada para Taiwan, recusando o reconhecimento do regime comunista da China continental. De 1949 a 1974, por não existirem relações diplomáticas entre nós e a China continental, os imigrantes não podiam obter documentos de viagem diretamente do governo da China nem do Brasil. Antes de solicitar o visto brasileiro em Hong Kong, havia um processo muito complicado e tortuoso a ser ultrapassado: os chineses tinham de ir primeiro a Macau para obter o passaporte do regime nacionalista em Taiwan (a República da China), reconhecido pelo governo brasileiro.

³ Contemporaneamente há, acerca da chamada “questão de Taiwan” dentro da comunidade chinesa no Rio de Janeiro, união e divergências. Alguns defendem a independência da ilha, a maioria defende o *status quo* (nem a unificação nem separação), outros ainda defendem a unificação no futuro sob a bandeira da República Popular da China.

No Rio de Janeiro do final da década de 1950 os imigrantes chineses chegam a Saara, tradicional ponto de comércio popular da cidade, inicialmente vindos da China Continental (qingtianos). O número aumenta com a chegada, em fins dos anos 1950 e início da década de 1960, dos chineses de Taiwan. Eles introduzem novos ramos de comércio, como os artigos para presentes, a fabricação de mercadorias para festas de aniversário e de flores artificiais e seu respectivo comércio.

A grande mudança parece ter sido, diferentemente de boa parte do século XIX e das primeiras décadas do século XX, o fato de que o pensamento tradicional de voltar próspero à China começou a mudar nos imigrantes chineses a partir da metade do século. Mas isso também se deve ao fato de que, com a Revolução Cultural (1966 a 1976), deixar a China, até 1974, era considerado um ato de traição para o regime maoísta.⁴

A partir, porém, de outubro de 1974, quando o Brasil e a República Popular da China restabeleceram relações diplomáticas, a situação começou a se modificar. E de 1974 a 1976, a China continental, que já se encontrava no final da Revolução Cultural, passou a permitir gradativamente que seu povo emigrasse para o Brasil. A partir de 1979, a China começou a respeitar o direito do cidadão de entrar e sair do país.

IV. Movimento de pessoas e reorganização política e diplomática: um pouco do cenário atual

Os chineses de Formosa encabeçaram as cifras migratórias por durante três décadas – entre os anos 1950 e 1970 –, pois além da maior abertura para sair da ilha, havia a constante ameaça de guerra e invasão por parte de Pequim.

⁴ Chang-Sheng (2011) relata o emblemático caso de Wu Hsian-Chao, acusado de espionagem pelos comunistas só porque tinha parentes no Brasil. A radicalização pelo governo chinês no período determinava que qualquer um que tentasse emigrar ou tivesse parentes no estrangeiro passava a ser alvo de perseguição política.

Essa migração de perfil educacional e profissionalmente elevado e muitas vezes ligado à tecnologia de ponta – como, por exemplo, engenheiros contratados pelo governo ou pela iniciativa privada para contribuir no momento desenvolvimentista nacional – cessara progressivamente não somente em razão da crise econômica brasileira dos anos 1980, mas também pelo exponencial crescimento econômico de Taiwan, que se tornou um dos tigres asiáticos, juntamente com Coreia do Sul, Cingapura e Hong Kong. Com isso, os taiwaneses eram atraídos de volta para sua terra natal ou remigravam para o Canadá e os Estados Unidos especialmente.

Desde o fim dos anos 1980 predomina a entrada de chineses continentais, em conexão direta com o clima político do país asiático: épocas de maior ou menor abertura política refletem-se no fluxo de chineses de Taiwan ou da China Continental.⁵

Cada vez mais chineses continentais entram no Brasil, e num grau muito maior do que os taiwaneses, face à multiplicação em Guangdong da pequena e média indústria de produção de bens do tipo “bugiganga”, impulsionando um processo migratório interno e externo de proporções inéditas.

Também a Revolução Cultural, em que houve a perseguição aos intelectuais pertencentes às facções – inclusive do Partido Comunista – contrárias às decisões de Mao, revitalizou as comunidades chinesas no exterior com a elite intelectual que conseguiu sair da China levando a cultura letrada nacional para os países para onde iam, melhorando ali o *status* dos imigrantes chineses como um todo.

Outro fator de emigração foi a aprovação, em 1971, pela Assembleia Geral da ONU, da substituição da representação da República da China (China nacionalista) pela República Popular da China. Este acontecimento causou grande preocupação

⁵ Ainda na década de 1960, mas no seu final, muitos descendentes de chineses fugiram do regime do ditador indonésio Suharto (cujo governo se estendeu de 1967 a 1998), aumentando o número de emigrantes para o Brasil.

nos chineses da ilha de Taiwan, provocando, com isso, uma nova onda de emigração. O mesmo se pode dizer da devolução de Hong Kong à China em 1997: muitos chineses desta outra ilha também emigraram para o Brasil.

Já nos anos 1980 vieram mais de 500 chineses que eram refugiados em Moçambique, estabelecendo-se em Curitiba. Aqui, diferentemente de Moçambique e da Indonésia, onde eles não queriam e tampouco precisavam integrar-se à sociedade local (pois eram autossuficientes), eles se misturam naturalmente, à semelhança do que acontece no Peru, em virtude daquilo que poderíamos chamar, creio que plausivelmente, de espírito de acolhida do latino.

Nos anos 1970 e 1980 alguns chineses entraram no Brasil pela rota do Paraguai (Foz do Iguaçu), às vezes clandestinamente, com passaporte falso. Para obter um novo passaporte, apresentavam uma solicitação ao consulado alegando a perda do primeiro documento. Destes, estima-se que cerca de 90% se estabeleceram em São Paulo, ocupando áreas geográficas específicas, especializando-se no comércio de produtos para presentes e itens de papelaria. Os outros 10% espalharam-se pelo Brasil, com predominância para o Rio de Janeiro, Paraná e áreas de zona franca.

De acordo com Freitas (2005, p. 103), dos imigrantes que se fixam no estado de São Paulo, “cerca de 50% deles se originam da China continental, 40% de Taiwan e 10% de países como Macau, Moçambique, Coreia, Japão e Filipinas”.

Como fica evidente, São Paulo é a cidade mais buscada pelos chineses imigrantes, sendo a comunidade formada por pessoas provenientes de Guangdong, Taiwan, Shandong, Xangai, Zhejiang, Fujian, Beijing, Henan, Anhui, Hunan, Hubei, Jiangxi e outras regiões. Demonstra-se também uma forte ligação com a cidade natal, não à China, o que se refletiu no alto número de associações baseadas no nível

local. Prova disso é, por exemplo, o importante papel que elas, as associações (como a Associação Cultural Chinesa, fundada em 1980), representaram para estes imigrantes, já que o consulado chinês em São Paulo surgiu somente na metade da década de 1980.

No Brasil, as possibilidades existentes nos mercados e a fuga do regime comunista para um país considerado seguro são as duas mais alegadas e divulgadas (especialmente pela imprensa) razões para a imigração. No que tange aos chineses instalados no Rio de Janeiro, estima-se que boa parte provenha de São Paulo (FREITAS, 2005), em função da saturação do mercado paulistano e da atração das boas possibilidades oferecidas pelo mercado fluminense.

V. À guisa de conclusão

Nessas breves linhas, é possível notar ter havido, do ponto de vista conceitual, como defende Carvalho (2010), a consolidação no século XIX do orientalismo, tal como apresentei acima, enquanto o século XX o transformou em etnocentrismo, racismo ou, no mínimo, alteridade.

Mas, para além disso, a trajetória dos chineses no Brasil do século XIX apresenta como auge um revelador mecanismo de ancoragem e objetivação típicos da atividade representacional. Isto é, entender como a sociedade pensava os chineses significa, igualmente, compreendermos os termos da negociação identitária em curso. Nisso, a própria questão econômica estava subordinada à identitária e esta, por sua vez, cercada pelas teorias raciais que serviam de base à legitimação das elites.

Na prática, as vantagens do trabalhador chinês do século XIX pareciam óbvias:

baixos salários, ausência de ambições, além de se situar num “patamar evolutivo ligeiramente superior ao do negro”, como afirmava certo determinismo biológico então empregado.

O mesmo determinismo biológico utilizado pelo médico parlamentar Nicolau Moreira (Apud CARVALHO, 2010, p. 231), tido como importante membro da intelectualidade e, portanto, formador de opiniões e conceituações no campo científico da segunda metade do século XIX. Diz ele:

[...] onde o homem é besta de carga, onde o pai tem o direito de trucidar o filho recém nascido, onde os indivíduos se envenenam diariamente com o ópio, onde a intelligencia degenerou pela disformidade do cérebro, onde a raça definhou pela nutrição insuficiente do arroz, onde enfim a religião é o culto dos ídolos [...]... Ora, o progresso e a moral ocupam espaços importantes nos argumentos daqueles que são contrários aos chineses, porque no Brasil: “Queremos o progresso e o Chim representa o regresso, queremos a luz e o Chim symboliza a treva; queremos a moral e o Chim é a encarnação da torpeza e da devassidão”. Nem para aumentar a população possuem serventia, [pois] só escravas de pior qualidade aceitariam com eles procriar...

Deste modo, repito, no auge das discussões acerca da presença chinesa em nossas terras, o debate entre opositores e simpatizantes da importação de *coolies* – que, tratavam-se de “trabalhadores não especializados, carregadores, aptos para serviços subalternos ou alugados no Extremo Oriente em troca de baixos salários ou salários de subsistência”, de acordo com Porto (1992) – era parte de um trabalho de construção da representação social que poderia significar ou não sua aceitação em solo brasileiro. O tempo trouxe o consenso, em que se consagrava negativamente o trabalhador chinês.

Esta dicotomia possuía uma base comum: o imaginário criado em torno dos chineses ao longo da modernidade, destacando o exotismo e a imobilidade social, “muitas vezes associados à imobilidade mental (mongol-mongoloide)”, materializando um caso excepcional de mudança simbólica: o que era industrioso foi transformado

em preguiçoso, a docilidade em retardamento e o exotismo em atraso. (CARVALHO, 2010, p. 232)

Por fim, na história da imigração chinesa no Brasil, especialmente no tempo dos amplos e estratégicos debates sobre sua importância substitutiva da mão-de-obra escrava negra, revelou-se não somente o que se pretendia para o país, tendo por resultado uma representação social que descrevia menos o que o chinês era do que aquilo que o Brasil não desejava ser.

Mais do que isso, revela, ultrapassando o imaginário, e de forma quem sabe um pouco mais suave para os tempos do “politicamente correto”, a permanência de juízos e imagens sociais que valem a pena ser estudadas e compreendidas.

Referências

Artigos e Obras

CARVALHO, João Gilberto da Silva. **Modernidade, identidade e representações sociais: chineses no Brasil do século XIX**. Tese de Doutorado em Psicologia. RJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

CHANG-SHENG, S. **Chineses no Rio de Janeiro**. Disponível em: www.leiturasdahistoria.uol.com.br/ESLH/Edicoes/17/artigo125466-5.asp. Acesso em 03/05/2011.

ELIAS, M.J. Introdução ao estudo da imigração chinesa. In. **Anais do Museu Paulista**, tomo XXIV, SP: EDUSP, 1970.

FREITAS, Sônia Maria de. Brasil, desde Hong Kong a São Paulo. In. HU-DEHART, Evelyn (org.). **Cuando oriente llegó a América**, Washington: Banco Interamericano de Desarrollo, 2005.

LESSER, J. **A negociação da identidade nacional: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil**. SP: Unesp, 2001.

OLIVEIRA, A.X. **O problema migratório na Constituição Brasileira: razões americanas de uma campanha parlamentar de brasilidade**. RJ: Coelho F. Ed., 1937.

PORTO, L.A.N. Chineses no Bananal. **D.O. Leitura**, nº 120, vol. 10, SP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, maio 1992.

SHYU, D.J.Y. e JYE, C.T. Integração cultural dos imigrantes chineses no Brasil. **Revista de Estudos Orientais**, n. 6, 2008.

SOWELL, T. **Etnias da América**, RJ: Forense Universitária, 1988.

VÉRAS, D.B. A imigração chinesa em São Paulo: importante ponto de contato entre Brasil e China. In. PAULINO, Luis Antonio; PIRES, Marcos Cordeiro (org.). **Nós e a China**: o impacto da presença no Brasil e na América Latina. SP: LCTE, 2009.

Sites

<http://riodejaneiro.china-consulate.org/pot/xxdt/t189648.htm>. Acesso em 13/11/2014.

CHINESE IN RIO DE JANEIRO: The twentieth century and the mass migration

Abstract: From 1850, the immigration has come to play a central role in Brazilian history as well as the year 1812, a largely unknown fact, has recorded the first free work experience: the import of Chinese people to work in the tea plantations. Since then, the immigration of these populations had been growing and it has become the main foreign contingent in Brazil throughout the twentieth and twenty-first centuries. Complementing a previous article about the history of Chinese immigration until the nineteenth century, which has published in 2011, this paper aims to discuss the socially created images and ethnic prejudices which had felt (and they have still remain) on these “new Brazilian people”.

Keywords: Chinese Immigration – History – Ethnicity – Culture.

Recebido em: 12/08/2015

Aprovado em: 30/09/2015